

ASCENSÃO À BRASILEIRA¹

Um funcionário da Monarquia — ensaio sobre o segundo escalão, de Antonio Candido. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2002, 215 pp.

Milton Ohata

Ao nos contar a história dos percalços de um funcionário em ascensão pela burocracia do Brasil imperial, Antonio Candido revisita as questões cruciais de nosso século XIX. Nascido num Rio ainda joanino em 1810, Antonio Nicolau Tolentino entrou para o serviço público em 1825, atravessou os anos turbulentos das Regências e do início do Segundo Reinado, falecendo em julho de 1888, logo após a abolição da escravatura. O personagem viveu portanto quase todo o período. Em si, o fato não tornaria mais, ou menos, interessante sua trajetória pessoal, não fosse ela significativa o suficiente para revelar a dinâmica social do tempo. Filho de lavradores pobres ou de mãe solteira — não se sabe ao

certo —, saiu da obscuridade por esforço próprio, foi reconhecido em seu valor por figuras da política, arranjou um bom casamento entre a elite e terminou seus dias como alto funcionário.

Da roça aos salões de baile na Corte, a subida não foi feita sem ânimo prestativo, hesitações, orgulho das próprias qualidades, espera do momento oportuno e resignação de quem teve de ouvir calado. Tudo isso num quadro social que não lhe garantia qualquer reconhecimento e é uma constante brasileira até hoje. Entretanto, Tolentino não apenas abaixava a cabeça para resguardar sua carreira, como faria um adulator medíocre. Havia nele um idealismo no bom sentido do termo, que obviamente encontrou resistências quando foi posto em prática. O nervo da narrativa de Antonio Candido é o conflito entre as intenções racionais do burocrata e a politicagem ampla, geral e irrestrita. Não se trata contudo de luta do Bem contra o Mal, pois tal embate tem uma especificação histórica cuja raiz se encontra no próprio surgimento do Brasil como país. A dissolução do Antigo Sistema Colonial em todo o continente americano era parte de uma mudança maior, na qual o capitalismo industrial e o universo burguês se afirmavam em relação aos velhos modos de produzir, aos privilégios da socie-

(1) Versão pouco menor desta resenha foi publicada em *Reportagem*, nº 36, setembro de 2002. Sou grato à sua editora de cultura, Raquel Imanishi, que deu título ao que não tinha.

dade de ordens e também à escravidão moderna, que havia sido ela própria uma das alavancas da acumulação primitiva do capital. Nossa independência tomou entretanto a forma mais conservadora entre os países americanos, preservando o regime monárquico e as estruturas sociais fundadas no escravismo. A constituição do Estado nacional brasileiro foi um processo difícil, no qual a classe dirigente precisava se equilibrar entre as pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro e os interesses da classe dominante brasileira, que necessitava do comércio de escravos². Em outras palavras, o Brasil independente afirmava-se como nação moderna, adotava uma Constituição, um Parlamento, fraque e cartola, ao mesmo tempo que mantinha a maior parte de sua população fora do âmbito da cidadania. Os escravos, sob o chicote dos senhores. Os não-proprietários, sem quaisquer direitos garantidos, obrigados à prática do *favor* e dependentes dos caprichos do mando. Situação que parecia nos colocar aquém dos padrões civilizacionais que nos serviam de modelo. Roberto Schwarz notou que o assunto foi explorado largamente por Machado de Assis. Aqui, o funcionamento do ideário burguês tinha um quê de amalucado. "Necessário à organização e à identidade do novo Estado e das elites, ele representa progresso. Por outro lado, não expressa *nada* das relações de trabalho efetivas, as quais recusa e desconhece *por princípio*, sem prejuízo de conviver familiarmente com elas"³ (o progresso existe, mas é visto de um ângulo objetivo que o relativiza). Salvo engano, essa é a chave para entender o drama de Antonio Nicolau Tolentino, que pisou o mesmo chão das personagens machadianas.

Não poderíamos ver em Tolentino muito de Helena e Iaiá Garcia? De origem parecida, além de boas e algo ingênuas, as três figuras têm consciência de suas qualidades, da fragilidade destas no quadro patriarcal, e por isso também fazem cálculos sociais no intuito de civilizar as práticas do *favor*. De fato, Tolentino aprendeu inglês e francês, era homem lido e — aqui a diferença — deu-se bem com seus

padrinhos na burocracia, verdadeiros construtores da política imperial, como Caxias, Rio Branco e Mauá, que lhe reconheciam a competência e o apoiaram publicamente todas as vezes que sua reputação foi posta em dúvida pelos seus adversários. A comparação fica mais interessante quando pensamos nos romances da chamada segunda fase machadiana, na qual as boas intenções da primeira dão lugar à certeza quanto ao caráter anti-social da classe dominante brasileira. Esta aparece com toda a sua crueza num episódio central da carreira de Tolentino — o qual é também muito significativo para entender o sistema político do regime. Diga-se de passagem que o livro de Antonio Candido situa-se precisamente nos andares de baixo da grande política, ou seja, *Um funcionário da Monarquia* complementa na sua aparente modéstia — e nesse ponto o Autor acerta mais uma vez no tom e na forma — *Um estadista do Império*, dos poucos grandes livros da historiografia brasileira, clássico de Joaquim Nabuco publicado entre 1897 e 1899⁴. Candido soube portanto avaliar a significação do episódio que quase botou a perder todo o esforço de sua personagem. Aqui está um tema importantíssimo e pouco explorado pela historiografia do Império: o conflito entre os presidentes de província, nomeados pelo poder central, e as Assembléias, que representavam os mais encarniçados interesses regionais.

Ocorreu que, em agosto de 1857, Tolentino foi nomeado para a Presidência da província do Rio de Janeiro e iniciou uma reforma administrativa que já fora aprovada pela própria Assembléia mas continuava apenas no papel. A reforma tinha sido ensaiada em vão por antecessores ilustres e era considerada uma necessidade para o núcleo duro do próprio regime, que reconhecia como irracional a falta de continuidade administrativa em cada mudança política de rotina. Tolentino empenhou-se na tarefa, tentando racionalizar o expediente, acabar com as sinecuras e estabelecer critérios para os gastos, tudo em linha com a impessoalidade da norma que vale

(2) Ver a respeito Novais, Fernando, "Passagens para o Novo Mundo". *Novos Estudos*, n° 9, 1984, pp. 2-8; Alencastro, Luiz Felipe de. "La traite négrière et l'unité nationale brésilienne". *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, n° 244-245, 1979, pp. 395-419; "O fardo dos bacharéis". *Novos Estudos*, n° 19, 1987, pp. 68-72.

(3) Schwarz, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990, p. 38.

(4) João Cezar de Castro Rocha ("Um anti-Leonardo Pataca". *Jornal do Brasil*, "Idéias", 24/08/2002, p. 6) faz outro paralelo interessante ao notar que o livro é um complemento à série de biografias da *História dos fundadores do Império* (1958), de Octávio Tarquínio de Souza. Candido planejou inicialmente fazer o estudo a quatro mãos com Lúcia Miguel Pereira, sua prima, casada com Tarquínio. Atente-se porém que os protagonistas da *História* atuam no Primeiro Reinado e nas Regências, enquanto o livro de Candido dedica-se, como o de Nabuco, mais ao Segundo Reinado.

para todos. Logo um deputado protestou, soltando uma declaração auto-incriminatória: "S. Exa. veio para a Província e veio resolvido a acabar com todos os abusos ante os quais tinham-se quebrado a força do prestígio dos srs. Marquês de Paraná e Visconde de Sepetiba" (p. 68). Os conflitos prosseguem e a Assembléia passa a usar os argumentos mais esdrúxulos, apoiando-se inclusive na Constituição. O ponto alto da encenação foi um discurso do líder, deputado Saldanha Marinho, para Candido "oração magistral, de serenidade feroz e a mais admirável má-fé estratégica" (p. 81). Estamos muito próximos de Brás Cubas e Bentinho. Execrado pela Assembléia e diante do silêncio do Gabinete, Tolentino pede demissão e tudo fica como dantes no quartel de Abrantes. Alguns anos depois, desta vez na Alfândega que então dirigia e tentava reformar, o personagem envolve-se num caso de contrabando, episódio em que novamente enfrenta o patriarcalismo para ser derrotado. Na ocasião, Tolentino escreve um livro em sua própria defesa, em que se vê a distância grande entre seu espírito público e a bandalheira à sua volta. Depois de quase dez anos de ostracismo volta a ocupar posições de destaque na burocracia, sempre com zelo, competência e ânimo reformador. Pouco antes de falecer, sai da cama para uma deferência do regime que ajudara a construir, ser recebido em palácio pela princesa Isabel e beijar a mesma mão que assinará a Lei Áurea, início da derrocada do Império.

À parte a fina reconstituição histórica, o livro não é uma biografia completa de seu personagem, como nos adverte o próprio autor, que preferiu não esmiuçar alguns aspectos mais rotineiros e técnicos da carreira de Tolentino. Um historiador positivista, tomado pelo fetichismo dos documentos, veria nisso um defeito. Os leitores de Antonio Candido sabem entretanto que a ele não falta um aguadíssimo senso histórico, raro mesmo entre os profissionais da historiografia. Junte-se a esse senso outra de suas qualidades, a percepção estética alargada, e teremos a razão pela qual este livro assumiu feições tão próprias. Aquilo que representa, sob certo ponto de vista, uma falha é na verdade um procedimento consciente para identificar o que Candido chama de "redução estrutural" comum a formas sociais e artísticas — sendo em fim de contas um ganho de percepção em meio a detalhes que nem sempre são significativos. Nesse sentido, poderia ser feita uma aproximação do vaivém entre ordem e desordem,

identificado pelo Autor nas *Memórias de um sargento de milícias*, com certos avanços e recuos da vida de Tolentino⁵. Se não chegava ao grau de malandragem de Leonardo Patata, Tolentino tampouco se manteve com os dois pés no plano da ordem. Sabemos pelo livro que, antes do casamento arranjado numa rica família fluminense, nosso personagem mantinha uma união informal com uma italiana bonita que lhe deu duas filhas (desde sempre reconhecidas). No mesmo espírito, o burocrata que não sujou as mãos ao ascender faz vistas grossas para a naturalidade com que seus protetores misturam interesses privados e negócios públicos. Por outro lado, sob pena de injustiça à memória de Tolentino, é claro que o essencial de sua trajetória está numa espécie de recusa aos aspectos menos defensáveis da ordem que entretanto lhe permitiu subir. O reformismo do personagem teria assim afinidades com um veio político já identificado por Candido como o radicalismo possível de nossas camadas médias, espremidas entre a desfaçatez de nossas elites e certa inorganicidade renitente dos de baixo⁶.

Vimos que a força discreta deste livro vem de um conhecimento fundo das coisas brasileiras, decantado por Antonio Candido em sua experiência e em raciocínios longamente pensados, jogando luz sobre dados estruturais de nossa história, nossa cultura, nossa sociedade. Aqui o motivo pelo qual, embora centrado em nosso século XIX, *Um funcionário da Monarquia* tem ressonâncias e um significado no presente. Por um lado há na carreira de Tolentino algo de fantasia desfeita. Noutra resenha do livro, José Murilo de Carvalho fez um paralelo com a luta de Rui Barbosa pelos ideais civilistas contra o pacto conservador da República Velha⁷. Adiante, quando o desenvolvimentismo deu à questão nacional possibilidades práticas inéditas, mais uma vez — e num grau máximo de complexidade — os interesses escusos derrotaram o que de

(5) Candido, Antonio. "Dialética da malandragem". In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. Uma comparação entre Leonardo Patata e Tolentino também é feita por Castro Rocha (op. cit.).

(6) Ver, do Autor, a segunda parte de *Teresina, etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; "Radicalismos". In: *Vários escritos*. 3ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995, pp. 265-291; "A situação brasileira". In: *Textos de intervenção* (org. de Vinícius Dantas). São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, pp. 337-346.

(7) Murilo de Carvalho, José. "Veredas do poder". "Jornal de Resenhas", *Folha de S. Paulo*, 13/04/2002, p. 10.

melhor já teve nosso espírito público. A experiência ficou registrada na memorialística de Celso Furtado, o funcionário-modelo do Brasil democrático. Nessas trajetórias acompanhamos o difícil esforço de construção nacional na periferia, o qual parece em fim de contas fazer parte de uma dinâmica que lhe escapa e frustra. Nos dias que correm, os Estados nacionais têm sido utilizados para cortar na própria carne e optar, em detrimento dos cidadãos, pela reprodução do capital. O fato pode assustar um

europeu criado nas políticas socialmente inclusivas do *Welfare State*. Não a quem atenta para nossa história. O Brasil do século XIX revela impasses presentes que não são apenas brasileiros pois, sem prejuízo da aberração, o Estado imperial foi constituído para formar uma nação partida e por isso não cansava de desfazer a fantasia de Tolentino.

Milton Ohata é doutorando em História Social na FFLCH-USP e professor da Escola da Cidade.